



3ª Conaes Conferência Nacional de Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão

Documento Final

**Brasília/DF
Abril/2014**

Sumário

Apresentação	3
1. Contexto	4
2. Concepções que queremos reafirmar	7
2.1. Diretrizes políticas e metodológicas para educação em economia solidária	7
2.2. Autogestão em Economia Solidária	9
2.3. Territórios, territorialidades e Abordagem Territorial	10
3. Balanço sobre avanços e desafios para a Economia Solidária nos temas da Educação e Autogestão na perspectiva do movimento e da política pública.....	13
3.1. Economia Solidária, Educação e Autogestão: avanços alcançados nos últimos anos	14
3.2. Desafios ainda presentes para a Economia Solidária no campo da Educação e da Autogestão	15
4. Proposições da Conferência Temática para a construção dos Planos de Economia Solidária.....	17
5. Institucionalidade necessária para suporte aos Planos	20
6. Recomendações Gerais da Conferência Temática para as conferências estaduais e nacional	21
7. Moções aprovadas na Conferência Temática	22

Apresentação

O presente documento consiste em uma síntese dos resultados dos debates ocorridos na Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão, realizada no período de 11 a 13 de março de 2014, em Brasília, como parte integrante do processo de construção da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (3ª CONAES).

O Conselho Temático de Formação e Assessoramento Técnico (CTFAT) do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), em consonância com os dispostos no Termo de Referência da 3ª CONAES, convocou a referida Conferência Temática no intuito de elaborar diretrizes temáticas e oferecer subsídios para as conferências municipais, territoriais, estaduais e nacional.

Desta forma, a conferência temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão teve como principais objetivos: aprofundar o debate sobre educação e autogestão com base nos acúmulos da 1ª e 2ª CONAES; promover o balanço sobre avanços e desafios em relação ao tema; e elaborar propostas para a construção do Plano Nacional de Economia Solidária a ser construído na 3ª CONAES.

A conferência temática foi realizada com a participação de representantes dos Empreendimentos de Economia Solidária, de entidades de apoio e fomento e de gestores públicos de economia solidária, alcançando participação de uma média de 75 pessoas, nas seguintes representações: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, Redes de Cooperativismo (UNICAFES e UNISOL); Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária; Universidades (Rede UNITRABALHO e Rede de ITCP's); CONTAG, Fórum de EJA; Fórum de Educação do Campo; RECID; Rede CFES; além da participação de representantes do governo federal (MTE, SG-PR e MDA).

Os registros aqui feitos representam uma contribuição da Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão para as etapas territoriais e estaduais, bem como à própria etapa nacional da 3ª CONAES, não como “verdades definitivas” sobre as questões exploradas no evento, mas como apontamentos acerca dos temas e dos principais desafios e perspectivas colocadas para a Economia Solidária brasileira, seja na perspectiva do movimento organizado, seja nas políticas públicas, de forma a corroborar com a construção dos planos territoriais, estaduais e nacional de Economia Solidária.

1. Contexto

Nos últimos anos, a realização de Conferências Nacionais de Economia Solidária tem contribuído sobremaneira para a organização e fortalecimento da economia solidária brasileira, desempenhando importante papel enquanto espaços de participação ativa da sociedade na construção de subsídios para formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

De fato, conforme afirma o Termo de Referência da 3ª CONAES:

“A construção de uma política nacional de economia solidária é um processo sistemático de reconhecimento de direitos de cidadania pelo Estado, sobretudo dos trabalhadores e trabalhadoras nas iniciativas econômicas-solidárias, e como dever do Estado. Nesse sentido, a política pública de economia solidária é um processo de conquista social. O seu crescimento e sua expansão dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a economia solidária no Brasil, enquanto parte do movimento de democratização econômica e política da sociedade brasileira”.

A 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) realizada em 2006, com o tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, trouxe importante contribuição no sentido de afirmação da identidade e dos fundamentos próprios da economia solidária enquanto estratégia geradora de trabalho emancipado e atuando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas. Nesse sentido, num período ainda de pouca visibilidade nacional enquanto prática no seio da sociedade e no âmbito das políticas públicas, a 1ª CONAES afirmou a economia solidária enquanto alternativa ao modelo capitalista e como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluyente e solidário.

Além de organizar um significativo conjunto de prioridades para as políticas públicas em diversas áreas (marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação, entre outras):

*“O legado da I CONAES foi substancial para os avanços e aperfeiçoamento das políticas públicas de economia solidária. Em 2007, o Conselho Nacional de Economia Solidária buscou transformar as resoluções da Conferência em ações e iniciativas do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, em sua segunda versão, no Plano Plurianual do Governo Federal para 2008-2011”.*¹

Já em 2010, a 2ª CONAES abriu novos horizontes para o avanço da economia solidária no Brasil, com o tema do reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”.

Com os resultados da 2ª CONAES, o Conselho Nacional fortaleceu seu processo de diálogo com o poder legislativo para o avanço de uma legislação nacional da economia solidária, além de considerar as resoluções construídas nessa conferência para a construção do PPA 2012-2015², que colocou a economia solidária no Programa Temático de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.

Considerando os diversos acúmulos da I e II CONAES, a III CONAES vem se constituindo na perspectiva de dar mais um passo decisivo na afirmação de uma política pública de economia solidária em âmbito nacional. Segundo considerações do Conselho Nacional de Economia Solidária³:

¹ Fonte: Texto de Referência da 3ª CONAES, aprovado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

² Plano Plurianual (PPA) é um plano que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal.

³ Fonte: Texto de Referência da 3ª CONAES, aprovado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

“A exemplo de várias outras políticas inovadoras e recentes, as Conferências Públicas de Economia Solidária seguem um roteiro que passa pela afirmação e reconhecimento da identidade da economia solidária (I CONAES), seguida da afirmação da política nacional como direito de cidadania e obrigação do Estado (II CONAES) e vai se consolidando com a proposição de planos.”

Portanto, com o tema “Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”, a 3ª CONAES, cuja etapa nacional está prevista para novembro de 2014, pretende desencadear processos de elaboração de planos municipais, territoriais, estaduais e nacional, como instrumento de orientação da política pública, formulado a partir da análise de contexto e de uma visão de futuro, diante das quais se definem objetivos, estratégias e linhas prioritárias de ação que orientam programas e projetos de fortalecimento da economia solidária em cada esfera de planejamento (município, território, estado, país).

Ainda segundo os documentos de referência da 3ª CONAES, compreende-se que:

“O planejamento participativo é uma característica inerente à economia solidária. A concepção de autogestão é o exercício da democracia plena com o efetivo envolvimento consciente dos trabalhadores e trabalhadoras nas definições dos temas e questões que lhes dizem respeito. Por isso, nada melhor que construir um Plano Nacional de Economia Solidária em uma conferência pública que possibilite o diálogo e a expressão dos diversos interesses e busca de construção de proposições que orientem a ação do Estado e da Sociedade Civil.”

Ocorre que o tema da Autogestão – e de forma subjacente, o da Participação – tem sido correntemente pontuado como um dos principais desafios no avanço da economia solidária no Brasil, a despeito de todos os acúmulos já alcançados na sua organização nacional, seja na perspectiva da prática cotidiana dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), seja na perspectiva da organização política do movimento e do avanço nas políticas públicas.

Na verdade, desde a realização da primeira plenária nacional o movimento de economia solidária reafirma que a educação é um eixo fundamental para o fortalecimento da Economia Solidária no país. Essa afirmação norteou as práticas das entidades de apoio e fomento e também da construção das políticas públicas. Todavia, a educação em economia solidária é um grande desafio e o crescimento contínuo exige respostas condizentes com as necessidades dos empreendimentos que se deparam muitas vezes com realidades territoriais complexas relacionadas à autogestão e suas iniciativas coletivas.

No âmbito das Conferências Nacionais de Economia Solidária, o que temos de mais explícito nesse tema é o entendimento de que, somente com uma política de Educação em Economia Solidária definida participativamente, de forma estratégica, com instrumentos, metodologias e conteúdos adequados à realidade dos sujeitos da economia solidária, é possível fortalecê-la a partir das práticas da autogestão e de ampliação da democracia desde o universo dos EES até o universo das políticas públicas.

Consta nas Resoluções da 1ª CONAES:

“81. A Educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia. Deve viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o empoderamento dos sujeitos, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão.”

E ainda:

“84. A educação e qualificação para a Economia Solidária deve contribuir para o desenvolvimento de uma nova subjetividade, enraizada na contribuição de uma liberdade compartilhada, na construção de projetos comuns que respeitem a diversidade

dos atores, que promova a paz através do diálogo como meio para a solução de conflitos e que universalize a irmandade e a solidariedade nas relações interpessoais e sociais.”

Já na 2ª CONAES, uma série de resoluções que reafirmam a necessidade e sinalizam as diretrizes de uma política nacional de Educação em Economia Solidária foram definidas e defendidas como condição fundamental para que a Economia Solidária se consolide como estratégia de desenvolvimento e como direito ao trabalho associado que potencializa as revoluções socioeconômicas pretendidas.

Essas resoluções foram tratadas no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária, transformando-se na Recomendação Nº 08, de 04 de Julho de 2012, que sintetiza um conjunto de concepções e diretrizes político-metodológicas para a Educação em Economia Solidária, cujo conteúdo é matéria-prima principal o eixo da Educação nos planos municipais, territoriais, estaduais e nacional de economia solidária a serem constituídos na 3ª CONAES⁴.

Sabendo-se que a 3ª CONAES aglutina um conjunto de atores bem mais amplo e diverso que as primeiras Conferências, visto o crescimento da Economia Solidária no Brasil, o Comitê Temático de Formação e Assessoramento Técnico do Conselho Nacional de Economia Solidária compreendeu a legitimidade de realização de uma Conferência Temática Nacional com o tema “Economia Solidária, Educação e Autogestão” como espaço fundamental de reafirmação e a aprofundamento de concepções fundamentais no campo da Educação em Economia Solidária, bem como para a elaboração de indicativos que possam orientar a construção dos planos previstos para as diversas espacialidades que a 3ª CONAES vai alcançar.

O desafio e esforço enfrentado na presente Conferência Temática foi realizar um balanço dos avanços e dificuldades no tema da Educação e da Autogestão nas dinâmicas do movimento de economia solidária e na implementação das políticas públicas, vendo como esses processos vem impactando na tomada de decisões nas construções da economia solidária, e nos possíveis caminhos para consolidação de uma nova práxis educativa e socioeconômica.

A Conferência Temática determinou-se ainda a explicitar e refletir sobre as concepções e diretrizes que a economia solidária brasileira vem adotando nos últimos anos no tema de Territórios, Territorialidade e Abordagem Territorial na construção de processos de desenvolvimento sustentável, tanto no âmbito do movimento e como no campo das políticas públicas.

Isto por pressupor que a elaboração de planos locais e nacional de economia solidária demandam um olhar sobre a realidade própria na qual estão imersos os sujeitos da economia solidária, para os quais a compreensão de seu território e a percepção da identidade territorial podem ser tomados como pontos de partida para a ação transformadora.

Embora o presente documento traga o registro de algumas elaborações feitas ou reafirmadas sobre esses temas – Educação, Autogestão, Territórios, Territorialidade e Abordagem Territorial – o que se pretendeu fazer na conferência temática foi mais um estímulo inicial para o aprofundamento deste debate nas instâncias locais da 3ª CONAES (municipais, territoriais e estaduais), do que afirmações conclusivas que deem conta de todas as questões que envolvem cada uma das categorias acima. Portanto, o presente documento é apenas um subsídio a ser complementado pelo rico debate nos diversos momentos do processo de consolidação da 3ª CONAES até sua etapa nacional.

⁴ O conteúdo dessa Recomendação, em sua maioria, veio das reflexões e contribuições da Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, realizada de 12 a 14 de abril de 2010, que incidiu nas etapas estaduais e nacional para a deliberação destes conteúdos no documento final da 2ª CONAES.

2. Concepções que queremos reafirmar

2.1. Diretrizes políticas e metodológicas para educação em economia solidária

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), acolhendo as resoluções da 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (2ª CONAES), propôs um conjunto de recomendações que subsidiam a construção de políticas públicas de educação em Economia Solidária. Essas recomendações compõem um Termo de Referência (Recomendação nº 8, de 04 de julho de 2012 do CNES) com o objetivo de contribuir para maior identidade e articulação dos processos educativos em economia solidária com vistas a ampliar do potencial emancipatório da mesma.

Os acúmulos da Recomendação Nº 08 do CNES, são reafirmados por todos/as os/as participantes da Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão e, portanto, esta Conferência Temática orienta ao conjunto de participantes de todas as etapas da 3ª CONAES que incorporem seus conteúdos e concepções principais no processo de elaboração dos Planos de Economia Solidária em quaisquer níveis (municipal, territorial, estadual e nacional), resguardando, sobretudo a compreensão fundamental sobre as práticas educativas em economia solidária.

Segundo a Recomendação citada acima, a Educação em Economia Solidária “é uma ‘construção social’, que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política” (CNES, 2008 p. 6). O termo aponta para o reconhecimento do trabalho associado como princípio educativo na construção de conhecimentos em Economia Solidária e afirma que os processos de formação e assessoria técnica são “inerentes à educação em Economia Solidária e, portanto, compartilham da mesma concepção”.

Sobre este item, define ainda que:

“A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolve a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida.” (CNES, 2012 pág. 6)

Na perspectiva desta Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão, a elaboração de planos de economia solidária, sobretudo no que se refere ao tema desta conferência, deve necessariamente incorporar as Diretrizes Políticas Metodológicas da Resolução nº 08 do CNES, as quais orientam como base e ponto de partida para a construção de políticas de educação em economia solidária:

- a. Utilizar como referência metodológica os princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes;
- b. Desenvolvimento participativo de processos e metodologias adequadas de reconhecimento, validação e certificação de saberes dos trabalhadores e trabalhadoras;
- c. Reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos atos formativos autogestionários. A orientação pedagógico-metodológica da formação em economia solidária valoriza os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como o uso sustentável dos recursos naturais e a diversidade cultural, étnica, social, regional, geracional e de gênero;
- d. Valorização dos acúmulos, diversidade e pluralidade de iniciativas de formação e assessoria técnica em ES. Significa o reconhecimento dos saberes e concepções dos



Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão

- sujeitos formadores e educadores em ES, das suas iniciativas de organização e de formação e das concepções que lhes dão substância. Articula as experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária na perspectiva da educação popular buscando convergências das iniciativas das organizações e movimentos sociais, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos;
- e. Afirmação da gestão participativa dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas experiências cotidianas dessa outra economia na construção e no desenvolvimento das atividades formativas;
- f. Resgate e valorização dos acúmulos da “pedagogia da alternância” que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados, articulando igualmente formação/educação dos/as trabalhadores/as com assessoria técnica. Trata-se de tomar os momentos de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social como ingredientes para os momentos de experimentação no local de trabalho, ao mesmo tempo em que o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários converte-se em condições para novos processos de debate e reflexão; Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando uma quantidade cada vez maior de trabalhadores (as) da economia solidária. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais;
- g. Articulação com as ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, tais como: incubação, assessoria técnica, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à Economia Solidária, crédito e finanças solidárias, etc. Realizar a complementaridade entre órgãos governamentais e de organizações da sociedade, assim como a interlocução entre esses sujeitos e as diferentes legislações que se relacionam com a Economia Solidária das quais os Empreendimentos Econômicos Solidários podem participar/se beneficiar;
- h. Desenvolvem tecnologias adequadas para a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Os processos pedagógicos voltados à busca de melhor aproveitamento dos meios de produção disponíveis, melhoria da qualidade dos produtos e serviços realizados, utilização de novos materiais etc., devem ser parte integrante do processo de gestão coletiva dos empreendimentos, das redes de cooperação e cadeias solidárias;
- i. Pressupõem a formação continuada e permanente dos diversos formadores na construção de estratégias organizativas e no uso de tecnologias sociais do movimento de economia solidária, considerando igualmente todos os aspectos relacionados ao processo produtivo dos empreendimentos econômicos solidários. A tecnologia social compreende o processo de adequação, reprojeto ou desenvolvimento de novos produtos e processos de trabalho que são participativos desde a sua concepção até seu desenvolvimento e aplicação;
- j. Devem envolver a diversidade das iniciativas e manifestações da Economia Solidária, incluindo o planejamento, produção de bens e serviços, distribuição, comercialização, finanças e consumo solidários, redes e cadeias de cooperação;
- k. Devem prever e incorporar como parte integrante da estratégia metodológica a realização de processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas no campo da educação em Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com/pelos Empreendimentos Econômicos Solidários;
- l. Considerar as perspectivas de desenvolvimento territorial como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental;
- m. Promoção da saúde, segurança, qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, suas famílias e comunidades;
- n. Considerar na construção do conhecimento a importância da relação respeitosa com outros seres vivos como parte de uma dimensão ecológica;
- o. Ter a pesquisa participativa como referência de estratégias de ação e construção do conhecimento;

p. Devem considerar a diversidade política, econômica e cultural do movimento da Economia Solidária, dialogando com as perspectivas dos diferentes movimentos sociais populares;

q. Devem contribuir para constituição e fortalecimento da rede nacional de formadores em Economia Solidária podendo articular com outros formadores envolvidos com a temática da Economia Solidária.

Na construção das políticas públicas, as referências acima precisam dialogar com princípios e temas do percurso formativo, sistematização de experiências, públicos prioritários e referências para as políticas de formação em Economia Solidária, conforme a Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Economia Solidária.

2.2. Autogestão em Economia Solidária

Na economia solidária, a Autogestão constitui-se princípio fundamental que orienta a prática dos sujeitos (individuais e coletivos), seja no âmbito dos Empreendimentos Econômicos Solidários, na organização política dos movimentos, seja na organização e dinâmicas do desenvolvimento territorial.

Segundo acúmulos do movimento, expressados nos documentos da V Plenária:

“A Economia Solidária preconiza o trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, contrapondo-se a alienação da produção nas relações do trabalho capitalista, e isto só é possível com a autogestão vivida por todas/os que a praticam. A autogestão precisa ser construída no coletivo, é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida, embora seja a forma mais expressiva pela busca do compartilhamento da gestão do trabalho, buscando a autonomia e a independência sócio-política e econômica dos indivíduos que compõe cada coletivo. A autogestão é um princípio da economia solidária que pensa a transformação da organização da sociedade”. (pág. 39)

Esta Conferência Temática reconhece e valida essa perspectiva, reafirmando a autogestão como exercício de ampliação da democracia e da participação. Há uma lacuna nos documentos referenciais do movimento e do governo sobre um conceito explícito de autogestão, entretanto sua concepção está implícita no conjunto de elementos de caracterização de sua prática tanto nas elaborações do movimento quanto da gestão pública.

Na percepção dos participantes da Conferência Temática, a autogestão deve ser considerada como um processo em construção a partir das práticas cotidianas vivenciadas pelos sujeitos da economia solidária. Essa construção precisa dialogar com essa vivência da autogestão em práticas educativas que se materializam, em suas diversas dimensões – pessoal, familiar, comunitária e social, no exercício da cidadania e da democracia, na luta por direitos, na tomada de decisões de forma coletiva, na propriedade coletiva dos meios de produção, nas práticas territoriais e no relacionamento entre Estado e sociedade.

Dessa forma, a definição do conceito de autogestão pressupõe um amplo processo de escuta dos sujeitos da economia solidária, em seus territórios, sobre a prática da autogestão. As conferências territoriais e estaduais configuram-se como ótima oportunidade para exercitar essa escuta.

As reflexões feitas nesta Conferência Temática foram apresentando elementos conceitos e/ou princípios sobre autogestão, que caracterizam a mesma na perspectiva da economia solidária.

Nessa perspectiva uma afirmação importante é de compreensão da Autogestão como profundo exercício da cidadania. É um processo de construção, com respeito à diversidade, em todos os momentos e espaços da vida. Vai além do empreendimento, do território, da cidade. Está relacionada com a autonomia e, portanto, está intimamente relacionada com a conquista de

direitos, com o exercício da liberdade, da tomada de decisões coletivas, da propriedade coletiva dos meios de produção, superando a existência de patrão.

É entendida ainda como o exercício de práticas educativas e contínuas em prol da democracia e autonomia nas tomadas de decisão, sem desconsiderar as relações de interdependências entre os sujeitos individuais e coletivos.

A autogestão inicia-se no próprio sujeito e na capacidade de gerir sua própria vida. Sua prática cotidiana demanda que os atores envolvidos tenham disposição para aprender, ensinar, saber dos direitos e deveres, respeitar o indivíduo e o coletivo. Pressupõe ainda o reconhecimento das limitações culturais que precisam ser superadas para que se possam construir novas posturas pautadas na democracia, participação e equidade. Todo fazer da Economia Solidária pressupõe autogestão, que se concebe na prática diária de seus princípios. É fundamental perceber ainda o princípio educativo da autogestão, nas práticas coletivas e construções coletivas, como processo de emancipação do ser humano, não só no interior dos empreendimentos econômicos solidários, mas como uma ação de fora para dentro do empreendimento, devendo estar em todas as dimensões da vida.

A concepção de autogestão é central ao se pensar e elaborar políticas públicas de economia solidária, pois as mesmas precisam ser elaboradas e implementadas na perspectiva do fortalecimento da prática autogestionária dos indivíduos, em suas relações interpessoais, econômicas e comunitárias. O seu fortalecimento nas dinâmicas territoriais de promoção do desenvolvimento contribui para a ampliação de sua prática na perspectiva mais ampla da relação dos sujeitos e de seus empreendimentos com a sociedade. Caracteriza-se por práticas de diálogo, decisão coletiva, diversidade, prática de rompimento com uma cultura de submissão e de dependência. Nessa perspectiva, a autogestão extrapola o âmbito da produção e desencadeia processos de mais amplos de emancipação humana e transformações sociais.

2.3. Territórios, territorialidades e Abordagem Territorial

A dimensão de Território e da Abordagem Territorial como método de fortalecimento da Economia Solidária enquanto caminho para construção do Desenvolvimento Sustentável ganhou espaço e força tanto dentro da agenda do movimento, quanto do governo.

De fato, no próprio tema da Educação em Economia Solidária, a perspectiva de organização territorial da economia solidária está presente, sendo incorporado na Recomendação Nº 08 do Conselho Nacional de Economia Solidária, tanto no campo das diretrizes político metodológicas: “I) Considerar as perspectivas de desenvolvimento territorial como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental” (CNES, 2012 pág. 10); como no campo dos princípios do percurso formativo: “a) o território como ponto de partida da imersão na realidade”. (CNES, 2012 pág. 11)

A própria construção do Plano Plurianual do Governo Federal 2012-2015 expressou com clareza a definição de incorporar a dimensão territorial como estratégia e opção metodológica de fortalecimento da Economia Solidária nas bases, ao definir a economia solidária como parte integrante do Programa Temático “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária”, materializando-se posteriormente na política coordenada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária na forma de apoio a ações integradas de Economia Solidária em territórios rurais e urbanos.

Foram vários elementos que levaram governo e movimento a incorporarem a abordagem territorial como um dos caminhos para a economia solidária, dentre os quais destacamos: a adoção do Território como ponto de partida para imersão na realidade; a possibilidade de olhar de perto para onde as relações econômicas acontecem é fundamental para acompanhar seus

efeitos e entender qual o sentido do desenvolvimento que estamos construindo; a possibilidade de ampliação das relações e lutas dos movimentos (campo-cidade, étnicos, ecologia, feminismo...); a ampliação das possibilidades de pactuação entre sujeitos, institucionalidades e políticas; dentre outros.

Todavia, fica ainda o desafio de aprofundar o debate sobre território e territorialidade para avançar na discussão da abordagem territorial para a implementação de políticas públicas de Economia Solidária.

A V Plenária Nacional de Economia Solidária defini Território como:

“É um conceito aberto, abrangente, complexo, em construção, que deve contemplar as relações econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, etc. dentro desse território e a relação com outros movimentos sociais. [...] É onde se articulam ações em prol dos nossos valores e princípios. É o espaço onde ocorrem as relações sociais, potencializando o que é comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e laços de identidade. [...] É espaço de construção da autogestão para além dos empreendimentos”. (pág. 51)

A SENAES, por sua vez, assume território como “espaço físico, geograficamente definido, com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais tais como: o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural, e as instituições políticas, e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

Do ponto de vista metodológico, tem-se buscado, no campo do movimento e no campo das políticas públicas, avançar em uma compreensão da abordagem territorial como uma metodologia de organização e fortalecimento dos processos de desenvolvimento que considera o território como unidade básica de formulação, implementação, articulação e monitoramento das políticas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Os desafios articulam-se em torno do reconhecimento do território e de seus sujeitos prioritários, da constituição de instância de gestão social (colegiados territoriais) legítimos e da adoção de processos de planejamento do território, das redes/cadeias produtivas e arranjos institucionais e dos EES, bem como de instrumentos de materialização das prioridades.

Uma política de desenvolvimento territorial deveria, portanto, assumir um conjunto de diretrizes, tais como:

- Território como espaço socialmente construído;
- Abordagem territorial;
- Multidimensão do desenvolvimento;
- Diversidade de atores – gênero, etnia, geração e raça;
- Metodologias participativas e planejamento ascendente;
- Protagonismo e construção de alianças;
- Sinergia entre os vários níveis de governo;
- Articulação entre demandas sociais e ofertas de políticas públicas;
- Redução das desigualdades econômicas e sociais;
- Participação nas diversas instâncias colegiadas;
- Economia Solidária como estratégia fundamental para desenvolvimento em bases sustentáveis.

A partir desse levantamento das definições existentes no movimento e nas políticas públicas, a conferência temática compreende que esses conceitos de território e territorialidade estão em disputa permanente. A partir das articulações dos movimentos sociais, a exemplo da CONTAG na provocação em relação à dinâmica territorial para a agricultura familiar, o Governo Federal criou estruturas e políticas que visam responder a essa questão, a exemplo da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT. Em 2008, a Economia Solidária passou a compor a

estratégia de Desenvolvimento Territorial denominada Território da Cidadania. A construção do PPA em 2011 pautou a decisão de adotar políticas com abordagem territorial na Política Nacional de Economia Solidária e, em seguida, a SENAES passou a trazer isso para os editais, tendo como diferencial em relação às políticas da SDT, o fato de não incorporar critérios e processos de homologação de territórios prioritários, por compreender que do ponto de vista da economia solidária diversas são as tipologias de espacialidades que podem ser entendidas como territórios de identidade.

No plano das conferências de Economia Solidária, essas questões também avançaram. A 1ª CONAES indicou, em 2006, a necessidade de ações afirmativas para os territórios, com enfoque para povos e comunidades tradicionais. A 2ª CONAES, em 2010, afirmou a necessidade de o percurso formativo perceber o território como ponto de partida.

Fica para essa 3ª CONAES o desafio de explicitar uma concepção de território que assegure elementos fundamentais para a economia solidária, inclusive no que diz respeito à compreensão de território como espaço privilegiado de ampliação do exercício da autogestão. Além disso, aprofundar o debate sobre abordagem territorial, ou seja, os componentes metodológicos fundamentais para que as políticas de economia solidária superem a mera tendência de territorialização de ações e alcance a perspectiva de política de desenvolvimento territorial.

Há ainda outras questões fundamentais que precisam ser tratadas no contexto dos planos territoriais de economia solidária e sua relação no acesso a políticas públicas. Por exemplo: o quanto é importante estabelecer critérios que priorizem o direcionamento da política? Na mesma medida em que o Conselho Nacional discute o Cadastro Nacional dos participantes do Sistema de Comércio Justo e Solidário – CADSOL para o reconhecimento dos EES (para quem é prioritária a política), seria importante incorporar algum mecanismo para reconhecer priorização de espacialidades? Se sim, a partir de que critérios? Quais as consequências disso para a economia solidária? Quais vantagens e desvantagens para a economia solidária brasileira trabalhar com critérios de priorização de territórios?

Essas são questões que focam no MÉTODO de chegada das políticas de economia solidária nos sujeitos em suas realidades locais e para as quais esta Conferência Temática entende que o ambiente da 3ª CONAES é espaço privilegiado, senão de vencer essas questões, mas ao menos de amadurecer o olhar sobre as mesmas na busca de qualificar a ação das políticas públicas.

3. Balanço sobre avanços e desafios para a Economia Solidária nos temas da Educação e Autogestão na perspectiva do movimento e da política pública

As conferências nacionais de Economia Solidária têm representado um espaço para a afirmação progressiva da Economia Solidária como um modelo de desenvolvimento não-capitalista que se contrapõe ao modelo dominante no Brasil. Uma de suas características predominantes, o trabalho associado, traz em si os elementos centrais desse modelo: a propriedade coletiva, a cooperação e a autogestão. Dessa forma, a Economia Solidária configura-se como estratégia e política de desenvolvimento em uma perspectiva sustentável e solidária que se apoia nas dinâmicas territoriais.

Na medida em que a Economia Solidária vem se consolidando como uma política pública, observam-se algumas estratégias de fortalecimento direto dos empreendimentos econômicos solidários e de sua articulação em redes, a exemplo das políticas de assessoramento técnico e de formação continuada. Diversas experiências de territorialização, a partir da articulação entre os próprios empreendimentos ou da provocação de políticas transversais, como a educação e o desenvolvimento agrário.

Há algumas lacunas que dificultam a consolidação da Economia Solidária como uma política pública permanente. Uma delas é a prática dos governos de apoio às ações por meio de editais, que não asseguram a continuidade nem a universalização dos processos de fomento, formação, assessoramento e articulação.

Outra, bem mais grave, é a precariedade na regulamentação dessa política nos diversos níveis, o que fragiliza a perspectiva de que seja assumida como uma política de Estado e não apenas como ação pontual deste ou daquele governo. Um exemplo dessa dimensão é a recente iniciativa governamental de vinculação, por meio do PL 865/2011, da Economia Solidária ao Ministério da Micro e Pequena Empresa. A resistência do movimento de Economia Solidária foi decisiva para impedir essa vinculação, que negaria a própria natureza do trabalho associado como princípio ordenador da Economia Solidária.

O movimento de Economia Solidária constituiu suas estruturas em âmbito nacional e estadual ao mesmo tempo em que a política de Economia Solidária foi sendo gestada no espaço público estatal. A instituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) deu-se simultaneamente à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, nos idos de 2003. De certa forma, pode-se declarar que a política de Economia Solidária e a SENAES surgiram da incidência do movimento.

A dinâmica da Economia Solidária buscou o empoderamento do movimento e, em especial, dos empreendimentos econômicos solidários como sujeitos ativos da construção da política pública, com base em sua experiência de construção da ES na prática cotidiana das pessoas e das comunidades.

Os encontros de empreendedores e da rede de educadores constituíram-se um marco de reafirmação do seu protagonismo e do trabalho como princípio educativo. A realização das conferências nacionais, em 2006 e 2010, impulsionou a discussão sobre as concepções e as práticas que situam a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento na perspectiva da autogestão e da cooperação.

No campo da educação, percebe-se uma convergência entre práticas de formação e de assessoramento técnico, que rompem com a visão de assistência como um fenômeno que se dá de fora pra dentro dos empreendimentos e dos movimentos.

Muito há por ser feito para que as lacunas sejam superadas. O fortalecimento da Economia Solidária pressupõe a combinação de muitos fatores, em nível dos próprios empreendimentos e de suas formas de organização e articulação, mas, igualmente, em nível das estruturas públicas que devem dar respostas efetivas à regulamentação da política e à sua materialização em programas permanentes, com cofinanciamento contínuo.

Em sintonia com essa dinâmica de afirmação da Economia Solidária, os processos educativos foram decisivos para dar consistência e escala à atuação dos/as trabalhadores/as e das redes. O Grupo de Trabalho de Educação, criado em 2005, foi bem ativo para a animação do movimento de Economia Solidária.

Um dos frutos dessa articulação foi a Recomendação Nº 08/2012 do CNES com as diretrizes para a educação em Economia Solidária, tanto no campo da formação, quanto da assessoria técnica. Mais recentemente, a edição da Política Nacional de Educação Popular reafirma o caráter pedagógico da movimentação em Economia Solidária, além do esforço para que a educação formal incorpore conceitos e prática de Economia Solidária em sua proposta metodológica, a exemplo da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Outro avanço, presente nas discussões da V Plenária Nacional da Economia Solidária, é a articulação entre educação e cultura.

O amadurecimento da política pública de Economia Solidária no país é visível nos compromissos que os gestores públicos vêm assumindo frente às demandas dos empreendimentos econômicos solidários. Contudo, constata-se o despreparo do Estado para executar políticas públicas em Economia Solidária e a demasiada burocratização das políticas de fomento como PAA e PNAE. Há grande dificuldade de acesso aos recursos financeiros para a Economia Solidária e ausência do princípio de equidade nas ações governamentais.

No entanto, a 3ª CONAES ocorrerá em um contexto no qual se percebe que essa política ainda não está plenamente universalizada e regulamentada. Em muitos municípios, territórios e estados da Federação não existem instrumentos indispensáveis à consolidação da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário. Na maioria não se tem a regulamentação dessa política, nem a estrutura equivalente no poder executivo.

Dessa forma, em muitos casos, as iniciativas de fortalecimento da Economia Solidária são sustentadas pelas redes de cooperação solidária e/ou por entidades de apoio e fomento. Ao mesmo tempo, essa realidade convive com uma campanha sistemática de criminalização dos movimentos sociais e das organizações não governamentais quanto ao uso de recursos públicos em projetos e ações de interesse público. Todas as instituições da sociedade civil são lançadas em uma vala comum de malversação de recursos públicos.

É urgente que se avance na formulação e aprovação de um marco regulatório das relações entre o Estado e a Sociedade Civil que reconheça e valorize o papel das instituições não governamentais na construção, operacionalização e controle social das políticas públicas, em especial da Economia Solidária.

A 3ª CONAES é um espaço privilegiado para dar impulso a essa causa, contribuindo para que a sociedade e o poder público incorporem a compreensão de que as políticas públicas são fruto de uma contínua interlocução entre Estado e sociedade.

3.1. Economia Solidária, Educação e Autogestão: avanços alcançados nos últimos anos

No exercício de identificação dos principais avanços ocorridos nos últimos anos nos temas educação em economia solidária, autogestão, território e abordagem territorial das políticas, os/as participantes desta Conferência Temática destacaram os seguintes elementos:

- O respeito ao saber local dialogando com a vivência das pessoas, não perdendo de vista a correlação de forças para ruptura.

- A SENAES vem ao longo do tempo em um esforço de pautar a agenda do movimento como prioridade nas políticas públicas.
- Existência de algumas políticas públicas e ações (Política “Mais Educação”, resolução 58, EJA, Pronatec e Pronacampo), mas não há políticas públicas consolidadas.
- As políticas públicas atendem, em parte, às concepções aspiradas pelo Movimento.
- Houve políticas de governo voltadas para a estruturação da organização, controle social, conselhos, que foram pautadas pelos movimentos de Economia Solidária.
- As políticas de Economia Solidária são espaços de ações e de conquista, mas hoje são vistos como concessões e não como conquistas.
- Os espaços de conferências são um marco dos últimos 10 anos, mas quantas deliberações estão de fato virando ações de governo?

3.2. Desafios ainda presentes para a Economia Solidária no campo da Educação e da Autogestão

No que se referem aos desafios, foram destacados:

- Os governos têm que priorizar a política de Economia Solidária, não se pode viver de “migalhas”, é necessário ampliar as ações de ES.
- É preciso fortalecer a SENAES e demais instâncias de apoio à Economia Solidária, para que tenham estrutura para atender todos os territórios.
- É preciso intensificar a participação dos atores no movimento de Economia Solidária e fortalecer o controle social.
- A Economia Solidária apresenta-se no local de forma setorial, o que cria dificuldade na execução de programas e projetos nos territórios e municípios.
- O governo federal precisa dar maior resposta às questões estruturais da Economia Solidária dentro da agenda política.
- Necessidade de definição de legislação específica para a Economia Solidária.
- A política de Assistência Técnica (ATER) apresenta diversas lacunas acerca dos entendimentos formativos para assessoria. Necessidade de ampliar a discussão acerca dos métodos e direcionamentos dessa metodologia no âmbito da Economia Solidária.
- Fragilidade de políticas sustentáveis (descontinuidade das ações e programas) voltadas para as comunidades tradicionais.
- No meio urbano não existe uma política de assessoramento técnico estruturada e adequada à realidade dos EES e demais sujeitos coletivos envolvidos com a Economia Solidária.
- O movimento precisa pensar a concepção, mas também o desenho, a estrutura e as estratégias das políticas, de forma estruturante.
- Necessidade que os instrumentos existentes (centros públicos, incubadoras territoriais etc.) traduzam em sua concepção a prática da autogestão, da educação emancipatória e da territorialidade e que se articulem entre si.
- Necessidade de se estabelecer um Marco Legal que garanta uma política de Estado e sobre projetos de ações integradas que superem a fragmentação das ações por meio de editais.
- O novo modelo do PAA e PNAE está tornando quase impossível para o pequeno produtor cumprir com as solicitações burocráticas para estabelecer parcerias com o governo. Os modelos de produtividade são verticais, sem diálogo com a comunidade.

- As diferentes regiões, territórios e territorialidades necessitam de políticas públicas específicas para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, como as comunidades indígenas, que sempre recebem políticas públicas verticais.
- Desburocratização dos processos de regulamentação sanitária.
- Há reivindicações antigas e bem específicas que não foram satisfatoriamente atendidas, como: acesso a crédito, comercialização e infraestrutura, tributação diferenciada, recursos para capital de giro.
- Ainda falta clareza em relação às consequências, a longo prazo, das políticas públicas, pois podem causar empoderamento ou dependência.
- A integração das ações dos editais deve começar antes e não depois que forem lançados. As políticas públicas não devem ser segmentadas, pois, enquanto elas forem assim, não se construirá outro modelo de desenvolvimento.
- A política de editais é insuficiente, é necessário uma política de Estado, de forma que seja um direito que não possa ser negado.
- Há necessidade de consolidar a Lei Nacional da Economia Solidária.
- Falta muita apropriação da política pública, a impressão geral é que há pouca comunicação e que a base do movimento não tem sequer conhecimento das discussões que envolvem a construção e implementação das políticas.
- Necessidade dos EES se mobilizarem na realização de “encontros de empreendimentos”.
- A Economia Solidária não é uma política estruturante. O Estado continua sendo capitalista e tem outro projeto de sociedade. Por vezes, concede espaços de participação.
- A educação tem um papel fundamental na construção da cidadania, do protagonismo. Mas, continua sendo para manutenção do *status quo*.
- A assessoria técnica precisa ser contextualizada e politizada. Uma educação continuada, que projetos de governo com um tempo limitado não dão conta.
- A rede de educadores continua na pauta do movimento e nas diretrizes da política de educação da Economia Solidária, mas houve redução da sua importância por parte da política pública, não havendo ações diretas para seu fortalecimento.
- A sistematização como possibilidade de produção do conhecimento a partir do chão do trabalho associado, sua metodologia precisa ser mais apropriada pela Economia Solidária.

4. Proposições da Conferência Temática para a construção dos Planos de Economia Solidária

Sabemos que a elaboração de um Plano de Economia Solidária é uma tarefa bastante complexa, pois envolve um grande número de articulações e interfaces com diversas políticas e práticas.

Porém, partimos do pressuposto que a construção desses planos precisa respeitar a realidade, as experiências e práticas dos sujeitos da Economia Solidária tendo como horizonte uma abordagem territorial coerentes com os princípios e bandeiras de luta do movimento da economia solidária.

Portanto, a educação em economia solidária requer especial atenção e na construção dos planos é preciso ter como base as diretrizes políticas e metodológicas para educação em economia solidária contidas na recomendação nº 8 de 04 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Economia Solidária.

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS
1. Educação em economia solidária.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar formação para os gestores e agentes de políticas públicas dos territórios. • Realizar formação de “Agentes de Desenvolvimento Territorial”. • Promover formação e assessoria técnica para os empreendimentos. • Realizar qualificação profissional de acordo com a proposta do movimento de Economia Solidária. • Educação Popular com foco na autogestão. • Realizar formações com base nos princípios da Economia Solidária. • Ter assessoria técnica feita por trabalhadores de economia solidária. • Ampliar formações sobre marco jurídico, contabilidade, planejamento e comercialização. • Garantir saneamento básico, saúde e cultura. • Promover a inclusão digital. • Ampliar o acesso a recursos para trabalhadores/as desenvolverem atividades de assessoria técnica e formação com outros empreendimentos. • Implementar o PRONATEC da Economia Solidária (com estrutura específica). • Apoiar a constituição, fortalecimento, ampliação dos espaços prestadores de serviço de assessoramento técnico (Bases de Serviço, Centros Públicos, Incubadoras Tecnológicas, Incubadoras Públicas e outras). • Promover a formação continuada dos técnicos. • Apoiar a articulação em redes territoriais, estaduais, nacional dos espaços de assessoramento técnico (bases de serviço, centros públicos, incubadoras etc.). • Elaboração e implementação de uma estratégia nacional de assessoramento técnico em economia solidária.
2. Incorporação da temática da Economia Solidária na educação formal (da educação pré-escolar a educação universitária).	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar cursos em nível superior de graduação e pós-graduação em economia solidária. • Incorporar a educação popular na educação não formal. • Promover ações de educação popular. • Implementar ações de elevação da escolaridade dos trabalhadores/as da Economia Solidária. • Fomentar iniciativas de educação para o consumo sustentável e solidário em todos os níveis da educação formal (três níveis). • Oferecer condições para o mapeamento de experiências da Economia Solidária na educação formal (três níveis).

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover condições para a criação de cursos técnicos/tecnológicos e de graduação em gestão em Economia Solidária, licenciatura em Economia Solidária. • Introduzir a temática da Economia Solidária junto nas disciplinas referente à Educação de Jovens e Adultos nos cursos de pedagogia (três níveis). • Criar programas e ações que assegurem a incorporação de conteúdos e materiais pedagógicos específicos de economia solidária nos conteúdos e metodologias das políticas de educação (ensino fundamental, médio e superior).
<p>3. Incorporação da Economia Solidária nos processos educativos do campo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articular junto ao MEC recursos para implantação de ações balizadas na educação popular libertadora para autogestão no campo (Federal) • Viabilizar junto ao MDA apoio para ações de formação para autogestão tendo como referência a Pedagogia da Alternância no Campo (Federal) • Identificar experiências de formação para autogestão nos empreendimentos da Economia Solidária para difundir-las no campo (três níveis).
<p>4. Fortalecimento da Educação Profissional, Política e Tecnológica para os diversos sujeitos da Economia Solidária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar processos de apropriação de conhecimentos técnicos para atividades produtivas dos EES, bem como da gestão dos mesmos. • Apoiar o desenvolvimento, apropriação e disseminação de tecnologias sociais adequadas a Economia Solidária. • Implementar um Programa de Educação Profissional e Tecnológico específico para o fortalecimento da economia solidária (PRONATEC da Economia Solidária). • Fortalecer a Pedagogia da Alternância: 1)Tempo de Estudo; 2)Trabalho comunitário/Assessoria técnica.
<p>5. Fortalecimento da articulação, mobilização e organização da Economia Solidária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar formação para oportunizar a articulação entre os movimentos sociais; • Promover a formação a partir do local. • Reconhecer, validar e certificar os saberes dos trabalhadores/as da Economia Solidária. • Promover atividades de educação à distância. • Construir materiais de Economia Solidária acessíveis em Braille e realização de interpretação em Libras. • Realizar campanhas educativas para a sociedade: meio ambiente, sustentabilidade, energias renováveis e contra os agrotóxicos. • Implementar programas e ações de visibilidade das práticas da economia solidária nos vários eixos da plataforma do movimento (produção/comercialização/ consumo, finanças solidárias, educação em economia solidária, marco legal) • Incentivar a divulgação e promoção das experiências. • Divulgar experiências de diferentes iniciativas econômicas solidárias e do movimento de Economia Solidária (três níveis).
<p>6. Articulação de ações de educação em Economia Solidária com ações em educação de outros movimentos sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar formação em educação popular em conjunto com outros movimentos (três níveis). • Fomentar intercâmbio entre educadores dos diferentes movimentos (três níveis). • Formação em ES para os movimentos sociais e a sociedade, nos territórios como um todo.
<p>7. Fortalecimento das redes locais de educadores/as em Economia Solidária</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a formação continuada dos educadores/as que atuam com Educação de Jovens e Adultos – EJA em Economia Solidária (três níveis). • Articular as redes de educadores/as com as diversas ações de formação em Economia Solidária (três níveis).

<p>8. Sistematização das práticas autogestionárias e dos conhecimentos populares na Economia Solidária</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar iniciativas e o desenvolvimento de metodologia de sistematização coletiva de experiências de Economia Solidária (três níveis). • Fomentar processos de intercâmbio de experiências, saberes e práticas autogestionárias (três níveis). • Promover a formação para sistematização. • Realizar sistematizações dos saberes; • Implementar programas e ações de incentivo às experiências existentes.
<p>9. Desenvolvimento de tecnologias livres e adequadas aos EES.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de pesquisa e tecnologia social aplicadas à Economia Solidária pelo CNPQ, FINEP, Fundações Estaduais de Amparo a Pesquisa (Estadual e Federal). • Formação de educadores para o uso de tecnologias sociais (três níveis). • Promover articulação entre pesquisadores, gestores de Ciência e Tecnologia e movimento de Economia Solidária sobre fomento a tecnologias sociais livres (três níveis). • Abrir editais para o desenvolvimento de softwares livres para gestão do EES (três níveis). • Desenvolver ferramentas para a Economia Solidária dentro das necessidades dos empreendimentos.
<p>10. Articulação e integração das diferentes políticas públicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover políticas públicas nos princípios da educação popular (democrática, participativa etc.). • Fortalecer espaços de controle social das políticas públicas. • Fortalecer as estratégias dos CFES a partir do local e estadual (três níveis) • Criar plano nacional, estadual, territorial, local de formação e assessoramento técnico em Economia Solidária (três níveis). • Fortalecer a abordagem territorial nos processos de planejamento das políticas públicas para a Economia Solidária. • Fomentar iniciativas para o desenvolvimento da metodologia de abordagem territorial no planejamento das políticas públicas (três níveis). • Fomentar a implantação e sistematização da metodologia de planejamento territorial das políticas públicas para Economia Solidária (três níveis). • Promover o reconhecimento dos territórios da Economia Solidária. • Articulação da Economia Solidária com o conjunto de Políticas de Educação no contexto nacional, estadual, territorial (PRONERA, EJA, EDUCAÇÃO DO CAMPO etc.).

5. Institucionalidade necessária para suporte aos Planos

Na elaboração e implementação dos Planos de Economia Solidária, cujo tema da Educação e Autogestão figura como um dos eixos estratégicos, os e as participantes da presente Conferência Temática entendem como fundamental a definição de uma adequada institucionalidade para a gestão dos mesmos, apontando os seguintes elementos a serem aprofundados no percurso da 3ª CONAES:

- Constituição de instâncias territoriais para gestão das políticas de Economia Solidária, garantindo continuidade e a presença de quem está trabalhando com educação.
- Inclusão dos eixos propostos nas políticas públicas de Economia Solidária nas esferas municipais, estaduais e nacional;
- Promoção de condições para elaboração de leis municipais, estaduais e nacional, considerando um Sistema Nacional de Economia Solidária.
- Fortalecimento dos conselhos de Economia Solidária e sua intersectorialidade com os demais conselhos (educação, saúde, juventude...).
- A implementação das ações não pode ser por projetos lineares e estanques para cada ação, nem por editais verticalizados que não levem em conta as especificidades e realidades locais que são diversificadas.
- Constituição de mecanismos de articulação de políticas públicas no Território local e nacional.
- Os projetos têm que dialogar nos territórios, a partir da metodologia de abordagem territorial. Para tanto, é preciso que no ambiente da 3ª CONAES a sociedade civil e os governos aprofundem a abordagem territorial e os mecanismos previstos na mesma para a chegada das políticas nos territórios para superar tendência de mera territorialização de ações e aproximar-se da perspectiva de promoção do desenvolvimento territorial sustentável.
- Reafirmação dos atores e papéis sinalizados na Recomendação nº 08 do CNES, com a observação de que se considerem os diferentes níveis dos mesmos:
 - Conselhos (municipais, estaduais, nacional);
 - Secretarias e órgãos de gestão das políticas de Economia Solidária (municipais, estaduais, nacional);
 - Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAF's);
 - Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's);
 - Instituições de ensino médio e superior.

6. Recomendações Gerais da Conferência Temática para as conferências estaduais e nacional

Finalmente, esta Conferência Temática aponta como recomendações importantes para a 3ª CONAES em suas etapas estaduais e nacional:

- Que as demais Conferências temáticas nacionais assegurem o debate sobre território, territorialidade e abordagem territorial da política.
- Que sejam garantidos espaços de discussão da questão territorial nas conferências estaduais e na etapa nacional, sobretudo no que se refere a avançar na definição ou aperfeiçoamento da abordagem territorial enquanto método de organização e implementação das políticas públicas no Território.
- Que a Conferência de catadores tenha a participação de outros setores produtivos.
- Que a Conferência Nacional tenha um espaço de debate entre os EES (empreendimentos econômicos solidários) dos diversos segmentos.
- Que a 3ª CONAES considere o debate sobre o impacto da relação entre Estado e sociedade sobre a política de economia solidária, especialmente em função da tendência de criminalização das ONGs. Fato que atinge diretamente o desenvolvimento da Economia Solidária uma vez que na realidade brasileira as ONGs foram as organizações que mais acumularam nas concepções e metodologias de fomento à Ecosol.

7. Moções aprovadas na Conferência Temática

Moção de descontentamento quanto à ausência de representação dos povos tradicionais e quilombolas

Considerando que o Movimento Nacional de Economia Solidária é um espaço que congrega e acolhe todos os segmentos da sociedade civil e política, respeita e valoriza a diversidade de povos, culturas e vivências locais, na mesma medida em que esta diversidade fortalece e enriquece o próprio Movimento de Ecosol no Brasil, registramos nosso descontentamento quanto a ausência nesta Conferência Temática das representações dos povos indígenas e quilombolas, conforme capítulo III do Regimento interno dessa conferência, no que se refere a orientação para que as instituições garantissem em seus participantes, a distribuição de vagas para povos indígenas e quilombolas. E a necessidade de proposição de políticas públicas para estas populações.

Nota Pública da Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão em repúdio a não realização da CONAE 2014 e sobre a tramitação do PNE no Congresso Nacional

Os participantes da **CONFERÊNCIA TEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO E AUTOGESTÃO** reunida em Brasília, dos dias 11 a 13 de março de 2014, vem a público repudiar o cancelamento da 2ª Conferência Nacional de Educação numa atitude unilateral do Ministério da Educação (MEC). Consideramos tal fato lastimável diante do saudável processo de mobilização social e participação popular ocorrido nos municípios brasileiros através das conferências livres, intermunicipais, micro e macrorregionais e que resultaram nas etapas estaduais no ano de 2013.

Assim, foram realizadas democraticamente milhares de conferências municipais, intermunicipais, conferências livres, mobilizando milhões de participantes oriundos dos segmentos que compõem a comunidade escolar, a saber, estudantes, educadores, pais/mães ou responsáveis legais e gestores, além de movimentos sociais, órgãos e organizações da sociedade civil.

Quando a Conae 2014 é adiada para evitar o seu cancelamento *ad infinitum*, avaliamos que o que se adia é a participação popular prevista constitucionalmente.

Assim, consideramos prioridade o fortalecimento do Fórum Nacional de Educação (FNE), como também a articulação com as redes de fóruns estaduais e municipais, como órgãos de Estado. Nesse sentido, consideramos imprescindível a consolidação de propostas que possam garantir a autonomia em todas as suas dimensões, incluindo a política e a financeira.

Nossa indignação com a postergação da CONAE 2014 se deve ao aspecto prejudicial para a criação das condições de mobilização social e participação popular, vinculadas à tramitação do novo PNE no Congresso Nacional, onde deveríamos estar no período de 17 a 21 cumprindo nosso papel político de monitorar e pressionar a efetividade das deliberações da CONAE-2010, para o novo PNE, preservando as conquistas no âmbito da Educação de Qualidade Social construídas na referida Conferência.

Nossas organizações e movimentos manifestam também a enorme preocupação com o processo de tramitação do Plano Nacional de Educação e com os grandes retrocessos para a educação pública, decorrentes da última votação no Senado Federal, realizada no dia 17 de dezembro de 2013.

Nossa expectativa é que a volta do documento à Câmara Federal supere estes retrocessos, retome conquistas importantes obtidas no texto aprovado anteriormente pela Câmara e possa avançar ainda mais no que se refere às agendas de nossos movimentos para a educação em Economia Solidária.

É fundamental que a Câmara Federal leve o Plano Nacional de Educação a ser mais ousado na superação de desigualdades e na promoção efetiva dos direitos humanos e da sustentabilidade ambiental. Um Plano de Estado que esteja sintonizado com as deliberações aprovadas na Conferência Nacional de Educação de 2010 e com os imensos desafios do país. Nesse sentido, nos somamos a todos os movimentos sociais, organizações, sindicatos, fóruns e entidades de pesquisa que lutam pelo estabelecimento do Sistema Nacional de Educação, pela Valorização efetiva das e dos Profissionais de Educação, pela implementação do Custo Aluno Qualidade e pela Gestão Democrática em Educação (pública e privada).

Nesse momento, consideramos estratégico o fortalecimento dos fóruns de educação (municipais, estaduais e nacional) como instâncias responsáveis pela construção, revisão e avaliação participativas e democráticas dos Planos Decenais de Educação, uma vez que estes Planos estarão ainda mais em foco após a aprovação do Plano Nacional de Educação pelo Congresso Nacional.

É hora de somar forças por uma educação pública de qualidade para todos e todas que promova os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental, superando as desigualdades sociais, econômicas, raciais, étnicas, de gênero, sexuais, etárias, entre campo/florestas/cidades, territoriais, e aquelas enfrentadas pela que implementam a Educação em Economia Solidária. Queremos mais para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos de nosso país!

Queremos que nossa participação seja “pra valer” e que a Conae 2014 contribua efetivamente para que avancemos rumo a uma maior democratização da educação brasileira.

Diante do exposto, a **CONFERÊNCIA TEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO E AUTOGESTÃO** conclama todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o fortalecimento do processo de construção coletiva da Conae 2014 no ano de 2013, a manter a mobilização e fortalecer os mecanismos de participação popular estruturando uma agenda política estadual de mobilização social e participação popular para contribuir com a luta nacional por um novo PNE efetivamente vinculado as deliberações expressas no documento-final da CONAE 2010.